

AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO PAMPEANA/ ARGENTINA: UM DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO PARA O ESTABELECIMENTO DE NOVAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Denise Medianeira Mariotti Fernandes¹, Erica Karnopp²

Resumo: A agricultura familiar na Argentina tem importância vital para a manutenção da segurança alimentar, supre a demanda por alimentos de grande parte do consumo interno, além de propiciar emprego genuíno e manter milhares de famílias vivendo na área rural. Nesse contexto, elegeu-se a região Pampeana, com seus solos férteis e grande potencial para a agropecuária, para analisar a atual conjuntura da agricultura familiar, no que se refere a políticas públicas e qualidade de vida dos produtores e suas famílias. Para tanto, optou-se pela pesquisa descritiva de natureza qualitativa porque visa à investigação das características de uma situação em estudo. Neste artigo, desenvolve-se a descrição dos principais pontos do processo de articulação desenvolvido na região Pampeana/Argentina, expõem-se os principais problemas, detalham-se algumas oportunidades de melhoria no contexto da agricultura familiar e apresentam-se as principais estratégias e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento rural. Na análise desenvolvida, observa-se que os avanços vislumbrados são ínfimos, diante da necessidade de os agricultores familiares terem acesso à educação, à cultura, ao emprego, ao lazer, a saúde etc. e da falta de políticas públicas que deem dinamismo aos fatores econômicos locais e contribuam para o crescimento e o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Argentina. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural sustentável.

1 Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e professora do Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

2 Doutora em Geografia pela *Universität Tübingen* – Alemanha e professora do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

FAMILY AGRICULTURE IN THE PAMPEANA REGION/ ARGENTINA: A STRATEGIC DIAGNOSIS FOR THE ESTABLISHMENT OF NEW DEVELOPMENT POLICIES

Abstract: The family agriculture in Argentina is of vital importance for the maintenance of food safety, supplies the demand for food for a large part of domestic consumption, in addition to providing genuine employment and maintain thousands of families living in the rural area. In this context, it was elected the Pampeana Region, with its fertile soil and great potential for agriculture and livestock, to analyze the current situation of family agriculture, in which refers to public policies and quality of life of producers and their families. For this purpose, it was opted for the descriptive research of qualitative nature because it aims at the investigation of the characteristics of a situation under study. In this paper, it is developed the description of the main points in the process of articulation developed in the Region Pampeana/Argentina, expose the main problems, detail some opportunities for improvement in the context of family agriculture, as well as present the main strategies and lines of action focused on rural development. On the analysis performed, it is observed that the advances glimpsed are minimal, given the need for the family farmers have access to education, culture, employment, leisure, health, etc. and of the lack of public policies that give dynamism to economic factors places and contribute to the growth and sustainable rural development.

Keywords: Argentina; family agriculture; sustainable rural development.

1 INTRODUÇÃO

A Argentina mantém-se, nos cenários sul-americano e mundial, com importante relevância econômica. De acordo com os dados apresentados pela *Inter-Agency Group on Economic & Financial Statistic* (2013), o país obteve, ao final de 2012, um Produto Interno Bruto (PIB) de 477 bilhões de dólares e ocupava a 27^a posição no *ranking* apresentado pela agência.

Nesse aspecto, ressalta-se a importância da agricultura para a economia do país. Segundo dados do Banco Mundial (2013), esse setor apresenta um valor agregado de 10% do PIB.

Nesse contexto, destaca-se a agricultura familiar, pois chama a atenção o fato de que os agricultores familiares representam “65% dos produtores argentinos, geram emprego genuíno e são atores estratégicos na produção de alimentos para o mercado interno” (INTA, 2014, tradução nossa).

Diante dessa abordagem, cabe destacar que, de acordo com Foti e Obschatko (2009, p. 203, tradução nossa),

No contexto da globalização econômica e financeira que caracterizou as últimas décadas do século XX, produziram-se na Argentina significativas mudanças locais que influenciaram no funcionamento do setor agropecuário, que foi se transformando para adaptar-se a essas mudanças. As transformações mais notórias operaram na distribuição do uso do solo segundo atividades e cultivos, na intensidade do uso dos fatores de produção e no surgimento de novas formas para a organização da produção. Todas essas mudanças influenciaram, qualitativa e quantitativamente, no emprego na atividade agropecuária e, em particular, da agricultura familiar.

Essa realidade de significativas mudanças deixa os agricultores familiares expostos aos riscos que o modelo hegemônico de produção agrícola convencional impõe isso porque, além do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos que podem causar danos à saúde dos agricultores e ao meio ambiente, do emprego de sementes transgênicas, da dependência de recursos do sistema financeiro (bancos) e/ou do setor industrial para financiamento da produção etc. prioriza o sistema de monocultura, o que mantém o produtor refém de um mercado incerto, cujo preço de comercialização do produto é influenciado por inúmeros fatores: taxas de câmbio, cotação no mercado internacional, custos de intermediação dos agentes envolvidos etc.

Isso pode afetar a sobrevivência desses agricultores no mercado, haja vista que a demanda global por alimentos, atualmente, força-os a um rápido desenvolvimento dos sistemas que integram a agricultura visando ao aumento da produção.

Tais aspectos exigem dos agricultores familiares uma adaptação à necessidade do mercado. Isso representa um grande desafio, por eles possuírem estrutura e sistema de produção enxutos, ou seja, é a própria família que administra a propriedade e dirige um processo produtivo orientado para a pluricultura – característica marcante da agricultura familiar.

Importa enfatizar que a diversificação produtiva tem os propósitos de, primeiro, atender às necessidades de alimentação dos membros da família (subsistência) e, segundo, obter renda com a comercialização do excedente produzido para, conseqüentemente, ter poder de compra para adquirir outros produtos importantes para qualidade de vida (QV) da família.

Conforme Wanderley (1999, p. 25), a agricultura familiar:

[...] é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Ressalta-se que, de acordo com o enfoque deste estudo, a unidade familiar camponesa apresenta as seguintes características:

[...] mantém baixo nível de capital de exploração; realiza a produção exclusivamente através da força de trabalho familiar; mantém baixo nível de comercialização, tendo em vista a pequena escala de produção e, normalmente, comercializa somente o excedente do consumo familiar; mantém sistema de produção diversificado, com alta exigência em mão-de-obra; possui área de terra inferior ao módulo rural. (LIMA et al., 2005, p. 39).

Nesta pesquisa, conforme critérios do Censo Nacional Agropecuário 2002, do *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos – INDEC* (INDEC, 2003), os agricultores familiares identificam-se pelos seguintes aspectos:

- gestão da propriedade na unidade de produção: exercida diretamente pelo agricultor familiar;
- tipo de trabalho em relação à composição da mão de obra: executam o trabalho o produtor e mais algum(ns) familiar(es);
- lugar de residência / localização: na propriedade/fazenda ou perto dela; e
- tipo jurídico: pessoa física / sociedade de direito / sociedade acidental (caracteriza-se por ser efêmera, ou seja, limitada ao fim de sua constituição, que é a execução de um negócio certo).

Ressalta-se que, de acordo com esses critérios, para ser considerado um estabelecimento familiar, é necessário que os quatro critérios sejam efetivamente atingidos. Não atender a um dos critérios exigidos exclui o produtor do rol dos agricultores familiares.

A partir dessas abordagens e visando à compreensão da realidade dos agricultores familiares argentinos, este artigo tem por objetivo analisar a atual conjuntura da agricultura familiar na região Pampeana/Argentina no que se refere a políticas públicas e qualidade de vida dos produtores e suas famílias.

Para atingir tal objetivo, utilizou-se a pesquisa descritiva de natureza qualitativa porque visa à investigação das características de uma situação em estudo. Nesse caso, procede-se a descrição da formação de uma estrutura articuladora para integrar a agricultura familiar.

Guerra (2006, p. 42) esclarece que, “[...] na pesquisa qualitativa, procura-se a diversidade e não a homogeneidade, e, para garantir que a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias, é preciso assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações em estudo.” Desse modo, a escolha mostra-se adequada para esse tipo de pesquisa que tem por objeto de estudo a agricultura familiar na Argentina.

Os dados expostos no trabalho foram obtidos/coletados por meio da pesquisa bibliográfica, que, segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 43-44): “Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.” Esse tipo de pesquisa visa a “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 44).

Neste estudo, adotou-se a região Pampeana como universo a ser analisado, por se tratar de uma região com alto desempenho de produção agrícola e importância para a economia da Argentina, que, apesar de ter estado com a agricultura familiar completamente fragilizada na década de 1990, atualmente tenta recuperar e manter uma boa participação no cenário agrícola do país.

Neiman (2010, p. 2, tradução nossa) corrobora essa afirmação:

A agricultura familiar pampeana caracteriza-se por ser um setor que esteve seriamente comprometido durante a década de 1990, mas que, depois da desvalorização do peso argentino, no ano de 2002, e do incremento no preço internacional das commodities, beneficiou-se.

Para atingir o propósito do trabalho, estruturou-se este artigo em cinco seções: a primeira seção apresenta, além de aspectos metodológicos, as linhas gerais e introdutórias sobre o tema; a segunda aborda a agricultura familiar na Argentina, nos últimos 40 anos; a terceira seção trata da formação de uma estrutura articuladora para integrar a agricultura familiar; na quarta seção são apresentados os principais problemas, oportunidades e possíveis linhas de ação para o desenvolvimento da agricultura familiar; e, por fim, na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais.

2 AGRICULTURA FAMILIAR NA ARGENTINA NOS ÚLTIMOS 40 ANOS

A organização da Agricultura Familiar na Argentina sofreu muitos impactos durante o seu processo de desenvolvimento histórico – desde o período chamado “Ditadura Militar”, iniciado em 1976, até o momento atual –, o que gerou profundas transformações nas condições materiais e subjetivas das diferentes classes sociais.

Nesse contexto de mudanças acentuadas, surgiu um padrão de acumulação de capital que foi implantado a partir de 1976 e permaneceu em vigor até 2001. O país foi submetido a um modelo econômico de valorização financeira que reprimiu os agricultores familiares e as ligas agrárias, não constando nas agendas dos governos os incentivos aos setores populares (BASUALDO, 2011).

Dessa forma, a agricultura familiar sofria um forte impacto das crises e sua recuperação se tornava cada vez mais lenta. Isso agravava a situação e, conseqüentemente, contribuía para aumentar o índice de pobreza. No meio rural, o índice atingiu 61% do total da população, no período de 1980 até 1992 (BRIGNOL, 1995; CHONCHOL, 1995).

Segundo Foti e Obschatko (2009, p. 204, tradução nossa), a década de 1990, na Argentina, foi marcada

[...] pela adoção de um modelo de abertura comercial e de desregulação de atividades produtivas e comerciais, que aliada ao avanço da globalização ocasionou uma maior vulnerabilidade da economia local e de cada um dos produtores, já que foram eliminados diversos mecanismos de proteção [...].

Isso impulsionou “o crescimento das ocupações rurais não agrícolas e da ‘urbanização’ da mão de obra do setor devido ao avanço da agroindustrialização, o desenvolvimento de estratégias de multiocupação ou pluriatividade no setor de pequenos produtores [...]” (FOTI e OBSCHATKO, 2009, p. 205, tradução nossa).

Basualdo (2011) classifica de “os anos críticos” o período de 1998 até 2001, quando ocorreu uma valorização financeira, porque culminou na maior desvalorização do câmbio na história da Argentina, o que desencadeou um colapso econômico no país. Além da crise econômica, uma grave crise social se abateu sobre o país, dando espaço para o questionamento do padrão de acumulação vigente.

A partir da crise de 2001, as manifestações populares exerceram forte pressão sobre os governos, principalmente o federal. Isso desencadeou uma grave crise no sistema de

representações políticas. Houve a necessidade de responder a essas manifestações e com isso surgiu novo modelo de acumulação, ou seja, foram recriadas as condições de governabilidade.

Nos anos de 2001/2002, a forma de acumulação financeira começa a mudar. Foi criada uma estratégia de ambivalência que visava a atender as reivindicações populares e, ao mesmo tempo, por concessões, assegurar uma reprodução ampliada do capital nos setores concentrados.

Os conflitos evidenciavam que, de um lado, o governo objetivava assegurar a reprodução do capital concentrado e, de outro, potencializar os setores populares, como a agricultura familiar.

Para Basualdo (2011), o conflito agrário arrefeceu com a promulgação da *Resolución* 125/2008 (modificou os direitos de exportação, elevando as retenções tributárias dos produtos agrícolas). Os efeitos principais dessa *Resolución* foram: ter propiciado o início de um novo trâmite em direção da minimização da dualidade, a diminuição da atenção à reprodução do capital concentrado, passando a tratar com políticas mais adequadas os setores populares e, dadas as circunstâncias favoráveis, a criação da Secretaria da Agricultura Familiar.

Com o paradigma hegemônico dominante e a estrutura produtiva desequilibrada, muitos foram, portanto, os fatores que motivaram modificações no setor do campo. Uma das modificações mais importantes se relaciona a uma nova proposta tecnológica para o sistema produtivo, direcionada à agricultura familiar, focada na Agroecologia, que passou a ser articulada pelo *Instituto Nacional de Tecnología e Agropecuaria – INTA*³.

3 FORMAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ARTICULADORA EM PROL DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar possui grande capacidade para garantir a segurança alimentar, tem fundamental importância para o desenvolvimento econômico, social e cultural da Argentina e propicia a sobrevivência e a permanência de milhares de pessoas no meio rural argentino.

Realizar ações para proporcionar melhorias às famílias que vivem e produzem no meio rural tem sido uma das tarefas do *INTA*, que tem por missão principal “desenvolver ações de investigação e inovação tecnológica nas cadeias de valor, regiões e territórios para melhorar a competitividade e o desenvolvimento rural sustentável do país” (*INTA*, 2014, tradução nossa).

Em virtude do interesse em aprimorar/dinamizar uma estrutura capaz de potencializar a capacidade de produção de alimentos da chamada “*Pequeña Agricultura Familiar – PAF*” e, a fim de amenizar a situação de vulnerabilidade em que os agricultores familiares se encontram, foi criado o *Centro de Investigación y Desarrollo Tecnológico para la Pequeña*

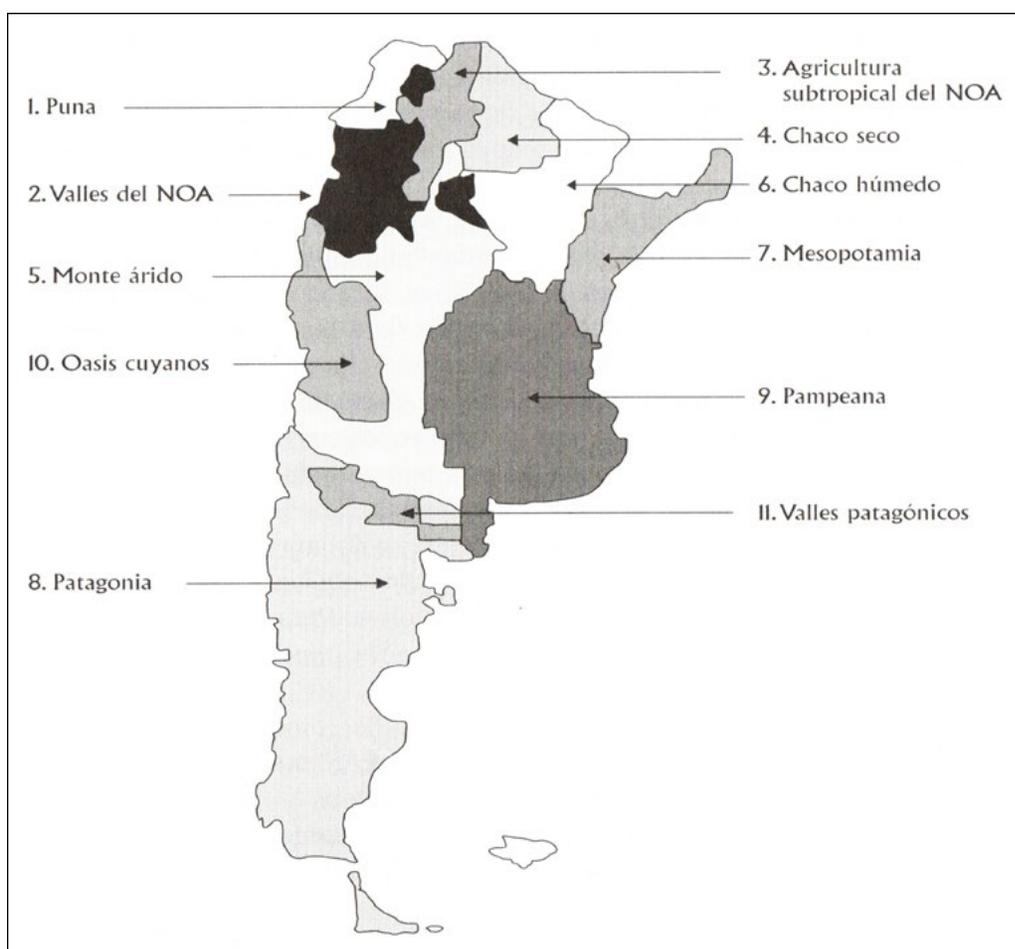
3 O *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária – INTA* é um organismo estatal descentralizado, que foi criado em 1956, com autarquia operativa e financeira, dependente do Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca da Argentina (*INTA*, 2014, tradução nossa).

Agricultura Familiar – CIPAF, do *INTA*, que tem atuado no suporte e desenvolvimento de modos facilitadores para a articulação dos atores da *PAF* na região Pampeana.

Nessa tentativa de alavancar a agricultura familiar na região, destaca-se o trabalho realizado pelos Centros Regionais do *INTA* (Buenos Aires Sul, Buenos Aires Norte, Córdoba, Entre Ríos, Santa Fé) e, principalmente, pelo *Instituto de Investigación y Desarrollo Tecnológico para la Pequeña Agricultura Familiar Región Pampeana – IPAF*.

Inserida no contexto geral, Figura 1 – Mapa das Regiões Agroeconômicas no Estudo de Pequenos Produtores, a região Pampeana caracteriza-se por ser uma região de solos muito férteis, com grande potencial para a agricultura e pecuária. É composta pelas províncias de Buenos Aires, Entre Ríos, Santa Fé, Córdoba, La Pampa e San Luis.

Figura 1 – Mapa das Regiões Agroeconômicas no Estudo de Pequenos Produtores



Fonte: Adaptado de Obschatko, E. S. de; Foti, M. del P.; Román, M. E. (2007, p. 35).

A estrutura da agricultura familiar que vigora atualmente na Argentina, inclusive na região Pampeana, foi adotada em 2009, a partir do *Foro Nacional de la Agricultura Familiar*

– *FoNAF*, por meio de uma proposta do *INTA* relacionada com a migração de uma estrutura convencional para a estrutura agroecológica.

Isso representa uma transformação no modo de produção, na cadeia produtiva, nos sistemas organizativos etc. Enfim, essa estrutura, ancorada em três importantes dimensões: a socioeconômica, a socioorganizativa e a socioprodutiva, propõe mudanças profundas e necessárias no cenário da agricultura familiar, o que não é tarefa fácil diante da magnitude dos problemas a enfrentar.

4 PROBLEMAS, OPORTUNIDADES E LINHAS DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO PAMPEANA

A agricultura familiar, na Argentina, vem sendo reconhecida por sua grande importância estratégica e pela sua relevância no desenvolvimento sócioeconômico e de sustentabilidade do país.

Esse reconhecimento motivou ações de desenvolvimento para organização e estruturação das unidades de produção familiar e do arranjo produtivo presente na agricultura familiar, importante fonte de recurso alimentar e meio econômico de sustentação.

Por outro lado, face às modificações no contexto mundial, muitas são as dúvidas sobre a agricultura familiar: Como irá se desenvolver a agricultura familiar, diante da economia internacional e das perspectivas do Mercosul? Qual o impacto do crescimento da economia internacional e do agronegócio na realidade da agricultura familiar? Como irá se comportar a distribuição da renda na Argentina? Como será a política de desenvolvimento rural e quais regiões do país possuem maior nível de desigualdade social? Como as questões ambientais poderão influenciar o desenvolvimento rural na Argentina?

A partir desses questionamentos, a análise da realidade da agricultura familiar da Argentina passou a ser o cerne dos debates no *FoNAF*. Esse fórum teve a sua origem em dezembro de 2004, com a formação da *Comisión de Agricultura Familiar*, estimulada pela *Federación Agraria Argentina – FAA*, e, também, como consequência de proposições do *Congreso Nacional y Latinoamericano sobre Uso y Tenencia de la Tierra*.

Em 2011, entrou em vigor a *Resolución 8/2011*, que define, em seu artigo 4º, as funções do *FoNAF*:

Art. 4º – O Fórum Nacional da Agricultura Familiar terá as seguintes funções:

- a) Constituir um espaço de diálogo político entre o setor estatal e a sociedade civil organizada da agricultura familiar.
- b) Propor a execução de políticas públicas e normas que tenham impacto nas atividades econômicas e produtivas da agricultura familiar.
- c) Unificar critérios, prioridades e ações, a fim de otimizar o uso dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis para o desenvolvimento regional rural e da agricultura familiar.
- d) Garantir uma ampla convocatória para toda a representação dos agricultores familiares.
- e) Facilitar a todos os habitantes do meio rural o acesso à informação que o Foro possa disponibilizar (*RESOLUCIÓN 8/2011*, tradução nossa).

Nesse sentido, de acordo com a tendência mundial de crescimento das demandas e de aumento na competitividade dos mercados, bem como com a alteração no padrão do consumo de alimentos, o surgimento de novos produtos e as novas formas de reestruturação dos processos produtivos, estabeleceram-se, no âmbito da agricultura familiar, novas ideias a serem trabalhadas visando ao desenvolvimento rural.

Essas novas ideias possibilitaram o estabelecimento de temas julgados relevantes para projetar avanços no contexto da agricultura familiar do país e representam um marco no *FoNAF* da Argentina.

Segundo o *CIPAF/INTA* (2011), o diagnóstico da realidade da agricultura familiar, que possibilita obter-se um panorama que permite a formulação e a implantação de novas políticas públicas, desenvolveu-se por meio da identificação dos problemas, vislumbrando oportunidades e traçando linhas de ação, a fim de atingir as metas estabelecidas para cada um dos sete temas:

- tema 1 – *Políticas y marcos formativos diferenciales y apropiados;*
- tema 2 – *Calidad de vida (hábitat, infraestructura, salud y educación, condiciones de trabajo, etc.);*
- tema 3 – *Comercialización;*
- tema 4 – *Gestión económica y financiamiento;*
- tema 5 – *Aspectos socio-organizativos;*
- tema 6 – *Aspectos tecnológico-productivo y manejo de los agroecosistemas; e*
- tema 7 – *Medio ambiente y sanidad ambiental.*

Dentro de cada tema, foram estabelecidos e descritos vários aspectos referentes ao diagnóstico final. Destacam-se, neste artigo, os aspectos relacionados aos temas 1 e 2, por estarem alinhados à área de estudos das pesquisadoras e por serem igualmente relevantes em relação aos demais temas citados, no amplo espectro da agricultura familiar na Argentina.

Quanto ao tema 1 – ***Políticas y Marcos Formativos Diferenciales***, o diagnóstico do *INTA*, descrito no Quadro 1 – Problemas inerentes às políticas públicas e no Quadro 2 – Oportunidades para perpetuar a agricultura familiar na agenda pública, permite traçar linhas de ação relacionadas a esse tema:

Quadro 1 – Problemas inerentes às políticas públicas

Aspectos analisados	Principais problemas
1. Acesso e posse da terra	<p>A terra é considerada um bem de mercado e não um bem social; Não se planeja a distribuição de lotes de terra em tamanho que sejam economicamente rentáveis, [...].</p> <p>Obter os títulos de propriedade dos lotes é caro e os processos extremamente burocráticos.</p> <p>Há uma desvalorização do caráter cultural e ancestral da terra (comunidades indígenas etc.).</p> <p>A “Pequena Agricultura Familiar” não conta com um sistema ágil e eficaz para o acesso à informação legal que permita regularizar sua condição precária de propriedade da terra.</p>
2. Serviços e infraestrutura. Direitos sociais e seguridade social	<p>Falta gestão e controle público dos recursos vitais para consumo humano e a produção agropecuária. (Por exemplo: a água é considerada um bem apropriável e não um direito humano).</p> <p>Há carência de infraestrutura básica e de direitos sociais fundamentais, [...].</p>
3. Atividades produtivas	<p>Falta de políticas e normas que regulem o mercado agropecuário, que valorizem e deem espaço à produção familiar.</p> <p>Dificuldade de ingressar no mercado [...].</p> <p>Desenvolvimento insuficiente de estratégias de articulação entre produtores e consumidores.</p> <p>Sistemas de assessoramento técnico insuficientes.</p> <p>Escasso desenvolvimento de estratégias de produção de sementes, práticas de cultivo adequadas para a agricultura familiar.</p> <p>Políticas para a promoção da segurança e soberania alimentar que são insuficientes ou pouco articuladas.</p>
4. Impositivos	<p>Existência de impostos regressivos, como é o caso do <i>Impuesto al Valor Agregado (IVA)</i>, para produtos de consumo básico e também para os insumos das cadeias de produção da agricultura familiar.</p> <p>Uma grande diversidade de impostos ao longo da cadeia produtiva (municipal, provincial, nacional), que encarecem e burocratizam a produção.</p> <p>Falta de informação, por parte dos contribuintes, a respeito da destinação dos impostos pagos.</p>
5. Aspectos bromatológicos	<p>Não há normas sanitárias específicas para os sistemas de produção da agricultura familiar.</p> <p>Escassos investimentos públicos em centros de acondicionamento e embalagem, com os requisitos bromatológicos oficiais.</p> <p>Sistema de certificação deficiente para produtos da agricultura familiar.</p>
6. Recursos genéticos	<p>Descumprimento das leis de proteção dos recursos.</p> <p>Medidas insuficientes para conter os danos ambientais e a erosão.</p>

Aspectos analisados	Principais problemas
7. Financeiro	Não existem critérios ou subsídios de planejamento estratégico do Estado para aprimorar as cadeias produtivas da agricultura familiar. Não há um sistema de negociação adequado para renegociação das dívidas dos agricultores familiares com os bancos, o que prejudica a continuidade do sistema de produção. Os empréstimos concedidos pelo Estado são muito complexos e burocráticos. Crescente ocorrência de remates e/ou execução de terras de produtores familiares.
8. Direito do trabalho (legislação)	Grande incidência de exploração do trabalhador. Alto percentual de empregos rurais não declarados.
9. Seguro e proteção da produção	Falta de um sistema normativo de seguro e proteção da produção.
10. Meio ambiente	Falta de leis de proteção ambiental (considerando que, em sua maioria, as leis vigentes não são respeitadas). Grande número de intoxicações com agroquímicos (pessoas e natureza). Desmatamento maciço e não planejado (expansão da fronteira agropecuária).

Fonte: elaborado pelas autoras com base no diagnóstico do CIPAF/INTA (2011, tradução nossa).

Quadro 2 – Oportunidades para perpetuar a agricultura familiar na agenda pública

Principais oportunidades
Há decisão política institucional para o desenvolvimento da “Pequena Agricultura Familiar”.
Instalação, na Agenda Pública, da discussão sobre a problemática da “Pequena Agricultura Familiar”, a partir de uma visão regional e das perspectivas da <i>REAF MERCOSUR</i> (Reunião especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul)
A existência de um Fórum Nacional de Agricultura Familiar, como espaço de debate e propostas sobre políticas públicas dirigidas ao setor, com um enfoque na direção de uma Reforma Agrária Integral, com ampla participação das organizações da Pequena Agricultura Familiar.
Nova Lei do Microcrédito que permite a existência de um fundo especial para esse fim, destinado ao setor da pequena produção, tanto urbana como rural.
Regulamentos provinciais para a produção de alimentos artesanais adaptados à “Pequena Agricultura Familiar”.
Debate a respeito da lei que trabalha as questões de educação.
Uma melhor coordenação entre as instituições e os programas do Estado (<i>Pro-Huerta</i> , <i>INTA</i> , <i>PSA</i> , Universidades e outros).
Reunião desenvolvida por organizações com o aval <i>IPAF NOA</i> e a Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para realização de diagnóstico e de linhas de ação com a finalidade de concretizar financiamentos de projetos integrais.

Fonte: elaborado pelas autoras com base no diagnóstico do CIPAF/INTA (2011, tradução nossa).

Diante dos problemas levantados e das oportunidades vislumbradas, o *CIPAF/INTA* (2011, tradução nossa) traçou as seguintes linhas de ação, no intuito de acelerar o desenvolvimento da agricultura familiar:

- realizar a caracterização geral da “Pequena Agricultura Familiar”;
- realizar o estudo das normas existentes em nível local, regional, provincial, nacional e internacional; e
- realizar contribuições, a partir da caracterização da agricultura familiar e do estudo das normas, em forma de recomendações para gerar políticas adequadas para a “Pequena Agricultura Familiar” e para a Reforma Agrária Integral, incluindo acesso e posse de terra, serviços e infraestrutura básica, promoção e facilitação de atividades produtivas dos agricultores familiares, dentre todos os outros aspectos analisados.

Verifica-se que a caracterização e o diagnóstico apresentados para o tema 1 são superficiais, confirmam a falta de políticas e permitem inferir que há a necessidade do estabelecimento de novas linhas de ação, a fim de aprimorar a cadeia produtiva da agricultura familiar, que deve ser, nesse contexto, um dos focos principais, tendo em vista o aumento da demanda por alimentos.

Essa realidade reflete a influência negativa de fatores socioeconômicos históricos sobre desenvolvimento da agricultura familiar e a falta de políticas e normas que regulamentassem o mercado agrícola.

Destaca-se que o desenvolvimento da região Pampeana esteve, historicamente, condicionado pelo processo capitalista e pela forma de produção industrializada, o que agravou a desigualdade social, uma vez que as políticas existentes para a agricultura não garantiam e/ou não incentivavam o desenvolvimento da produção familiar.

O desenvolvimento dessa região ocorreu, portanto, lentamente, em função da sua dinâmica interna e de sua forma de organização; e não apenas por conta de políticas públicas que davam maiores garantias para a permanência do paradigma hegemônico dominante e da estrutura produtiva desequilibrada.

Nesse sentido, Amaral Filho (1999) reforça essa análise porque traz a ideia de que a dinâmica interna de organização territorial de uma dada região gera o desenvolvimento de maneira endógena, pois essa organização do território deixa de ter um papel passivo diante da forma de organização industrial.

Importa dizer que desenvolvimento regional endógeno define-se como:

[...] um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional (AMARAL FILHO, 1999, p. 2).

Cabe destacar que, nesse processo de desenvolvimento endógeno, também fica evidenciada a necessidade de avanço nas estratégias que instigam a execução das linhas de ação estabelecidas no diagnóstico, no sentido de que as políticas e os recursos destinados para a agricultura familiar potencializem o fortalecimento da organização dessa agricultura na região.

Esse fortalecimento da agricultura familiar na região envolve, além da dinâmica das microrregiões, as condições de vida do agricultor no desenvolvimento das atividades. Por isso, ressalta-se, ainda, o diagnóstico realizado pelo *INTA* a respeito do tema 2 – *Calidad de vida (hábitat, infraestructura, salud y educación)* e suas contribuições para o avanço das atividades da agricultura familiar. Esses aspectos podem ser observados no Quadro 3 – Problemas relacionados à qualidade de vida e no Quadro 4 – Oportunidades de melhoria da qualidade de vida; e servem de base para delinear as possíveis linhas de ação a serem executadas com o intuito de amenizar ou eliminar os problemas da “Pequena Agricultura Familiar”:

Quadro 3 – Problemas relacionados à qualidade de vida

Aspecto analisado	Principais problemas
1. Gerais	Alta proporção de Pequena Agricultura Familiar com necessidades básicas insatisfeitas (residência em zonas marginais com deficientes sistemas de comunicação, habitação, infraestrutura produtiva e de serviços, insuficiente sistema público de educação e saúde etc.). [...] Movimentos de êxodo rural. [...] Alta incidência de trabalho infantil. Necessidade de tecnologias que permitam ‘dignificar’ as tarefas produtivas e domésticas (por exemplo: abastecimento de água potável). [...] Insuficiente rede de provisão de energia elétrica. Nos lugares onde há o serviço, o custo é elevado para a “Pequena Agricultura Familiar”. Escassa oferta de atividades de integração, disseminação de conhecimentos e formação para jovens em área rural.
2. Transporte	As vias de transporte são insuficientes. Falta desenvolver as vias fluviais e recuperar as ferrovias.
3. Moradia	Alta porcentagem de agricultores familiares vivendo em lugares precários, expostos a enfermidades crônicas ou endêmicas, como o ‘mal de chagas’.
4. Infraestrutura produtiva	Infraestrutura produtiva com deficientes espaços de armazenamento, acondicionamento, embalagem e distribuição do produto produzido pela “Pequena Agricultura Familiar” para comercialização centralizada.
5. Saúde	Insuficiente quantidade e aprovisionamento de centros de saúde. Ausência de cobertura pública de saúde integral.
6. Educação	Escassos estabelecimentos educativos e bibliotecas públicas.
7. Comunicação	Insuficientes serviços de comunicação.

Fonte: elaborado pelas autoras com base no diagnóstico do *CIPAF/INTA* (2011, tradução nossa).

Quadro 4 – Oportunidades de melhoria da qualidade de vida

Principais oportunidades
Decisão política institucional para o desenvolvimento da “Pequena Agricultura Familiar”.
Progressiva inserção na agenda pública da discussão sobre a problemática da agricultura familiar desde uma visão regional, a partir da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul – <i>REAF MERCOSUR</i> .
Criação do Foro Nacional de Agricultura Familiar, como espaço de debate sobre políticas públicas dirigidas ao setor com enfoque voltado para uma Reforma Agrária Integral.
Incipiente investimento de recursos em nível nacional para o melhoramento de infraestruturas básicas (estradas, irrigação, escolas etc.), que deverão ser aproveitadas pela “Pequena Agricultura Familiar” em certas regiões.
Revisão de algumas áreas de governo em suas formas de operar no território.
Instalação progressiva de uma visão de desenvolvimento territorial-local nos programas de governo, de entidades financiadoras e nas organizações de produtores.
Discussão e apresentação de uma proposta de nova Lei de Educação para todo o território nacional.

Fonte: elaborado pelas autoras com base no diagnóstico do *CIPAF/INTA* (2011, tradução nossa).

Em função desse panorama de problemas existentes e oportunidades a serem aproveitadas, foram definidas pelo *CIPAF/INTA* (2011, tradução nossa) algumas linhas de ação:

- participar e/ou gerar espaços institucionais com a participação do setor agrícola familiar e organismos competentes, para o estabelecimento de estratégias que sejam consenso para o desenvolvimento e ordenamento territorial;
- promover e participar de análises e propostas para superar os problemas com relação a gênero e trabalho infantil;
- levantar necessidades e demandas da “Pequena Agricultura Familiar” por região;
- desenvolver, de forma participativa com os atores da agricultura familiar, linhas de pesquisa;
- propor soluções possíveis ou alternativas para resolver os principais problemas detectados;
- desenvolver tecnologias apropriadas, que contemplem o melhoramento das condições de vida e de trabalho, dentro das atividades produtivas e reprodutivas da “Pequena Agricultura Familiar”; e
- elaborar propostas e/ou projetos, de acordo com os problemas constatados e as oportunidades existentes.

Diante desse diagnóstico – em que se descrevem os problemas, vislumbram-se oportunidades e linhas de ação são estabelecidas, apesar de ressaltar que as atuais políticas ainda não levam em consideração o equilíbrio entre a dimensão social, econômica e ambiental, que garantirá a qualidade de vida dos agricultores familiares – constata-se uma incipiente contribuição para o avanço das políticas públicas.

Reforça-se, portanto, a ideia de que, em relação à descrição da estrutura mencionada nesses dois temas inerentes à agricultura familiar, há indícios de um encaminhamento importante na direção do desenvolvimento rural sustentável.

Cabe enfatizar, entretanto, que o impacto das ações desenvolvidas pelo *INTA* (órgão de apoio) contribuiu, parcialmente, para a melhoria das condições gerais dos agricultores, pois é evidente a dificuldade desses produtores quanto à capacidade de ampliar a produção para suprir o aumento da demanda interna por alimentos, principalmente de hortifrutigranjeiros, que é dominada pela agricultura familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise descritiva do processo de articulação da agricultura familiar na Argentina, partindo dos impactos ocorridos no seu processo de desenvolvimento histórico, considerando o diagnóstico do *INTA* e levando em conta a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e para a manutenção da segurança alimentar, aponta que há necessidade de um árduo trabalho para atingir as metas estabelecidas nas linhas de ação apresentadas.

Salienta-se que entender a realidade da agricultura familiar e sua condição de desvalorização e dificuldades de todas as ordens ocorridas na Argentina, especialmente nos últimos 40 (quarenta) anos, possibilita concluir que o *INTA*, aliado às cooperativas e/ou associações de agricultores familiares, pode contribuir para o estabelecimento de programas que promovam a melhoria das condições de vida no meio rural.

O contexto histórico nos mostra que, por meio do associativismo e das políticas públicas, amplia-se a possibilidade de obtenção de melhor qualidade de vida das famílias no ambiente rural. Essa é uma preocupação da maioria das sociedades, independente das condições socioeconômicas daqueles que nelas vivem. É por conta dessa mesma preocupação que novos princípios, como a agroecologia, cada vez mais, estão ganhando espaço na agricultura familiar e servindo como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável.

A partir da análise da situação da agricultura familiar na região Pampeana, da Argentina, observa-se, de maneira geral, que o resultado final dos incentivos financeiros destinados à agricultura familiar são pouco motivadores porque, segundo o *CIPAF/INTA* (2011), há uma necessidade de adequação/melhoria em todos os segmentos da cadeia produtiva, mas, principalmente, falta ao agricultor familiar argentino recursos básicos de infraestrutura, como sistema eficiente de escoamento da produção, com maior número de vias de transporte, redes de água (em quantidade e qualidade suficientes), bem como redes de energia etc. Tudo isso representa um entrave para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural.

Quanto ao processo de organização da agricultura familiar na Argentina, apesar de o governo federal estar proporcionando suporte em termos de apoio técnico nos processos de articulação e de produção, por meio do *CIPAF/INTA*, dos Centros Regionais e do *IPAF* região Pampeana, verifica-se que isso não tem sido suficiente para a redução das desigualdades sociais no meio rural, conforme se evidencia no diagnóstico apresentado pelo *INTA*.

Inferese, com base nesse mesmo diagnóstico, que a agricultura familiar argentina demanda uma grande combinação de políticas públicas que precisam avançar no sentido de que se possa obter o desenvolvimento rural sustentável de fato. E, para isso, segundo Assis (2006, p. 80), “[...] é necessário aliar, de forma interdependente ao crescimento econômico, justiça social e conservação dos recursos naturais.”

Silva (2003, p. 230) corrobora essa ideia ao considerar que “uma política de desenvolvimento rural precisa articular um amplo conjunto de outras políticas não-agrícolas que amparem os trabalhadores rurais mais desfavorecidos, de modo a permitir que, eles mesmos, superem a condição de miséria em que se encontram.”

Baseado em todos os aspectos levantados, na bibliografia utilizada e na análise realizada, pode-se concluir que não há uma perspectiva de mudança do quadro atual a curto e médio prazo para o desenvolvimento efetivo da agricultura familiar.

Dessa forma, os governos (provincial e, principalmente, federal), utilizando-se dos órgãos de apoio, poderiam potencializar as discussões com os agricultores sobre o sistema de organização existente, a fim de melhorar a capacidade produtiva da agricultura familiar, a articulação entre instituições representativas dos produtores familiares e facilitar a integração social, cultural e econômica dos indivíduos com a sociedade em geral.

Ressalta-se a necessidade urgente e prioritária de investimentos em infraestrutura básica, pois a materialização de redes de transporte eficientes, de redes de água potável e de energia elétrica, por exemplo, pode melhorar consideravelmente as condições de vida no âmbito rural. Neste estudo, considera-se que essa demanda pode ser suprida rapidamente, pois não depende de aspectos subjetivos, mas sim exige objetividade e vontade política.

Por fim, enfatiza-se que as linhas de ação traçadas, o esforço das instituições governamentais e o trabalho dos produtores e das cooperativas e/ou associações são insuficientes para impactar a melhoria da renda dos agricultores familiares e influenciar o contexto social, bem como para possibilitar ao indivíduo acesso à educação, à cultura, ao emprego, ao lazer, à saúde etc. É preciso planejar ações que resultem na ampliação do acesso a bens sociais (saúde, educação, lazer etc.); aplicar recursos vultosos em infraestrutura (transporte, água, energia elétrica etc.); enfim, avançar no sentido de dar um dinamismo maior aos fatores produtivos e econômicos locais, com vistas a motivar o crescimento e o desenvolvimento sustentável da região Pampeana.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional. In: **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia**. 7 a 10 dez. 1999. Belém: Anpec, 1999. p. 1281-1300.

ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto. v. 10, n. 1, p. 75-89. jan-mar 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v10n1/28699.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores de desenvolvimento mundial**. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicadores/NV.AGR.TOTL.ZS>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

BASUALDO, E. **Sistema político y modelo de acumulación**: tres ensayos sobre la Argentina actual. Buenos Aires: Atuel, 2011.

BRIGNOL, M. R. **El marco externo y el desarrollo de la agricultura en América Latina y el Caribe**. FAO: Santiago de Chile, 1995.

CHONCOL, J. **Sistemas Agrarios en América Latina**: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora. FCE. Santiago de Chile, 1995.

CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO TECNOLÓGICO PARA LA PEQUEÑA AGRICULTURA FAMILIAR – CIPAF/INTA. **La pequeña agricultura familiar en Argentina**: problemas, oportunidades y líneas de acción. Foro de Universidades para la Agricultura Familiar. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<http://inta.gob.ar/documentos/ipaf-region-pampeana-foro-de-universidades-para-la-agricultura-familiar-de-la-region-pampeana/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

FOTI, M. del P.; OBSCHATKO, E. S. de. Participación de los pequeños productores en el empleo agropecuario. Argentina 2002. In: GUTIÉRREZ, T. V.; CERDÁ, J. M. (Compiladores). **Trabajo agrícola**: experiencias y resignificación de las identidades del campo argentino. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 2009.

GUERRA, I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. 1. ed. Estoril: Príncipia, 2006.

INTER-AGENCY GROUP ON ECONOMICS & FINANCIAL STATISTIC. **Principal Global Indicators**. Disponível em: <<http://www.principalglobalindicators.org/default.aspx>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS – INDEC. **Censo Nacional Agropecuario 2002**. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://www.indec.gov.ar/>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGÍA AGROPECUARIA – INTA. **El año de los agricultores familiares**. Buenos Aires, 2014. Disponível em: <http://inta.gob.ar/noticias/el-ano-de-los-agricultores-familiares>. Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. **¿Qué es el INTA?** Buenos Aires, 2014. Disponível em: <http://inta.gob.ar/sobre-el-inta/que-es-el-inta>. Acesso em: 28 mar. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, A. P. de. et al. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA. **Resolución 8/2011**. Foro Nacional de la Agricultura Familiar. Vigencia. Integración. Buenos Aires, 12/1/2011. Disponível em: <<http://www.fonaf.com.ar/documentos/Res%208-2011%20fonaf.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

NEIMAN, M. La agricultura familiar en la región pampeana argentina: la utilización de los factores de producción y su relación con nuevas dinámicas familiares. **Mundo Agrario**. La Plata, v. 11, n. 21, segundo semestre de 2010. Disponível em: <<http://mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/v11n21a04/360>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

OBSCHATKO, E. S. de; FOTI, M. del P.; ROMÁN, M. E. **Los pequeños productores en la República Argentina**: importancia en la producción agropecuaria y en el empleo en base al censo nacional agropecuario 2002. 2. ed. Buenos Aires: Secretaría Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos. Dirección de Desarrollo Agropecuario: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – Argentina, 2007.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.